

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ENFERMAGEM

ANDRESSA NASCIMENTO DA SILVA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:
DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS NO ATENDIMENTO
À PESSOA SURDA**

CRICIÚMA

2026

ANDRESSA NASCIMENTO DA SILVA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:
DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS NO ATENDIMENTO
À PESSOA SURDA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de enfermagem da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (a) Mestre Larissa Alves

CRICIÚMA

2026

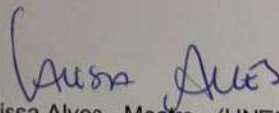
ANDRESSA NASCIMENTO DA SILVA

**ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:
DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS NO ATENDIMENTO
À PESSOA SURDA**

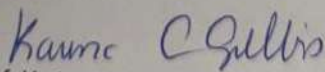
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Enfermagem
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC

Criciúma, 08 de Julho de 2026.

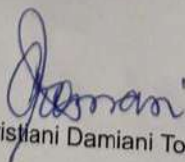
BANCA EXAMINADORA



Prof. Larissa Alves - Mestre - (UNESC) - Orientador



Prof. Karina Cardoso Gulbis - Doutora - (UNESC)



Prof. Cristiani Damiani Tomazi - Doutora - (UNESC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem a Sua presença eu não teria chegado até aqui. Sou imensamente grata por toda a força, sabedoria e sustento concedidos ao longo dessa caminhada tão desafiadora. Foram anos marcados por obstáculos, momentos de dor, lágrimas, renúncias e inúmeras dificuldades. Em diversos momentos pensei em desistir, chorei em silêncio e precisei abrir mão de muitas coisas para continuar lutando pelo meu sonho. No entanto, mesmo diante das adversidades, permaneci firme na fé, acreditando nos planos, nas promessas e no propósito que Deus preparou para a minha vida. Hoje, ao concluir a décima fase da graduação, tenho a certeza de que Ele esteve presente em cada passo dessa trajetória. Aos meus filhos, Yuri e Jennifer, dedico minha mais profunda gratidão. Vocês sempre foram minha maior motivação e inspiração diária. Foi pensando em vocês que encontrei forças para seguir em frente, superar os desafios e jamais desistir. Esta conquista também é de vocês. Agradeço, com carinho, a todos os professores que fizeram parte destes cinco anos de formação, contribuindo não apenas para o meu crescimento profissional, mas também para minha formação humana. Em especial, agradeço à professora Teresa e à minha orientadora, professora Larissa, pela dedicação, acolhimento, paciência, incentivo e por compartilharem seus conhecimentos com tanta generosidade. Seus ensinamentos serão levados por toda a minha vida profissional. Minha gratidão também se estende aos meus amigos Cecília Senado, Endrielen e Gustavo, que caminharam ao meu lado durante esta jornada, compartilhando desafios, alegrias, aprendizados e conquistas. A amizade, o apoio e o incentivo de vocês tornaram essa caminhada muito mais leve. Ao professor Oswaldo, pelo incentivo, confiança e apoio ao longo dessa trajetória. A empresa onde trabalho há sete anos e meio e aos meus colegas de trabalho, pela compreensão, incentivo, carinho e apoio durante todos esses anos. À minha família, que está em Portugal, aos meus familiares em Natal, de forma muito especial, à minha mãe, deixo meu eterno agradecimento por todo o amor, carinho, incentivo e pelas orações. Como cuidadora, ensinou-me, por meio do exemplo, o verdadeiro significado do cuidado, da dedicação, da empatia e do amor ao próximo. Encontrei os valores que hoje levo para a enfermagem e para a vida. Faço também uma homenagem especial àqueles que já partiram, mas que

permanecem vivos em minhas lembranças e em meu coração, especialmente à minha querida tia Elizete, cuja presença marcou minha caminhada e continua sendo fonte de saudade e inspiração.

Dedico, ainda, um agradecimento repleto de amor à minha avó, minha maior inspiração para escolher a Enfermagem. Durante 32 anos, ela exerceu a profissão de enfermeira hospitalar com dedicação, compaixão, responsabilidade e amor ao próximo. Cresci ouvindo suas histórias, admirando seu compromisso com o cuidado e observando sua dedicação à família, aos pacientes e a todos que faziam parte de sua vida. Foi por meio do seu exemplo que nasceu em mim o desejo de seguir esta profissão tão nobre. Hoje, ao concluir esta etapa, sinto que também realizo um sonho que começou com ela. Ao me aproximar da concretização do sonho de me tornar enfermeira, compreendo que esta conquista vai muito além de uma realização pessoal. Ela representa o cumprimento do propósito que Deus preparou para minha vida. Cada obstáculo enfrentado, cada renúncia e cada dificuldade tiveram um significado e contribuíram para fortalecer minha fé, meu caráter e minha determinação. Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta caminhada e contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Esta conquista não é apenas minha; ela pertence a todos que acreditaram em mim, caminharam ao meu lado e compartilharam desta jornada.

A todos vocês, o meu mais sincero e eterno muito obrigada.

“A verdadeira inovação não está apenas em criar novas tecnologias, mas em garantir que ninguém seja deixado para trás. ”

Paulo Freire

RESUMO

A comunicação constitui um dos principais instrumentos do cuidado em enfermagem e é essencial para garantir a integralidade, a segurança e a qualidade da assistência. Entretanto, no atendimento às pessoas surdas, persistem barreiras comunicacionais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e comprometem a efetivação dos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade no Sistema Único de Saúde. Este estudo teve como objetivo compreender as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde no atendimento às pessoas surdas, analisando os desafios comunicacionais e estruturais e propondo estratégias para fortalecer a acessibilidade e a qualidade da assistência. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida com enfermeiros da Atenção Primária à Saúde do município de Criciúma, Santa Catarina, selecionados por amostragem não probabilística do tipo intencional. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms®, e as informações foram analisadas por estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas. Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes já havia atendido pessoas surdas, porém demonstrou insegurança quanto ao preparo para esse atendimento, baixo conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), reduzida participação em capacitações específicas e percepção de importantes barreiras relacionadas à ausência de intérpretes, de recursos de acessibilidade e de suporte institucional. Todos os participantes reconheceram a necessidade de ampliar as ações de educação permanente para qualificar a assistência. Conclui-se que a inclusão da pessoa surda na Atenção Primária à Saúde exige investimentos na formação dos profissionais, na implementação de recursos de acessibilidade comunicacional e no fortalecimento de políticas institucionais que assegurem um cuidado mais humanizado, inclusivo e equitativo.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Enfermagem. Acessibilidade. Língua Brasileira de Sinais. Pessoa surda.

ABSTRACT

Communication is one of the fundamental elements of nursing care and plays an essential role in ensuring comprehensive, safe, and high-quality healthcare. However, when caring for deaf individuals, communication barriers remain a significant challenge, limiting access to health services and compromising the principles of universality, comprehensiveness, and equity established by the Brazilian Unified Health System (SUS). This study aimed to understand the difficulties faced by nurses working in Primary Health Care when providing care to deaf individuals, analyzing the main communication and structural challenges and proposing strategies to improve accessibility and quality of care. This was a quantitative, descriptive, and exploratory study conducted with nurses working in Primary Health Care in the municipality of Criciúma, Santa Catarina, Brazil, selected through non-probability purposive sampling. Data were collected using an electronic questionnaire developed on the Google Forms® platform and analyzed using descriptive statistics, including absolute and relative frequencies. The findings revealed that although most participants had previously provided care to deaf individuals, they reported feeling unprepared for this type of assistance, presenting limited knowledge of Brazilian Sign Language (Libras), low participation in specific training programs, and difficulties related to the absence of sign language interpreters, accessibility resources, and institutional support. All participants recognized the importance of continuing education initiatives to improve the quality of care. It is concluded that improving healthcare for deaf individuals in Primary Health Care requires investments in professional training, the implementation of communication accessibility resources, and the strengthening of institutional policies aimed at promoting inclusive, equitable, and person-centered care.

Keywords: Primary Health Care. Nursing. Accessibility. Brazilian Sign Language. Deaf People.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APS – Atenção Primária à Saúde

CNE – Conselho Nacional de Educação

ESF – Estratégia Saúde da Família

Libras – Língua Brasileira de Sinais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PMC – Prefeitura Municipal de Criciúma

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 JUSTIFICATIVA	7
1.2 QUESTÃO NORTEADORA	7
1.3 PRESSUPOSTOS	8
1.4 OBJETIVOS	8
1.4.1 OBJETIVO GERAL	8
1.4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 A COMUNICAÇÃO NO CUIDADO DE ENFERMAGEM	10
2.2 DIREITOS DA PESSOA SURDA E ACESSIBILIDADE NO SUS	10
2.3 FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO E O ENSINO DE LIBRAS	11
2.4 EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO E BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	12
3 MÉTODO	13
3.1 TIPO DE ESTUDO	13
3.2 LOCAL DO ESTUDO	13
3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO	13
3.3.1 Critérios de inclusão	14
3.3.2 Critérios de exclusão	14
3.4 COLETA DE DADOS	14
3.5 ANÁLISE DE DADOS	14
3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	15
4 CRONOGRAMA	16
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	19
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	21
APÊNDICE C - CARTA DE ACEITE	24

1 INTRODUÇÃO

A comunicação constitui um dos pilares fundamentais da prática de enfermagem, sendo indispensável para o estabelecimento do vínculo terapêutico, a realização da anamnese, a identificação das necessidades de saúde, a tomada de decisões clínicas e a implementação de um cuidado seguro, ético e centrado na pessoa. Sob a perspectiva das relações interpessoais propostas por Peplau (1990), a comunicação transcende a simples transmissão de informações, configurando-se como instrumento terapêutico capaz de promover confiança, autonomia e participação ativa do usuário no processo de cuidado. Dessa forma, a efetividade da assistência está diretamente relacionada à capacidade do profissional de estabelecer uma comunicação clara, acessível e compatível com as necessidades individuais de cada pessoa.

Entretanto, esse processo torna-se significativamente mais complexo quando envolve pessoas surdas, cuja principal forma de comunicação é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida oficialmente como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002). Embora muitos usuários surdos utilizem a língua portuguesa escrita em diferentes níveis de proficiência, a Libras constitui sua primeira língua, possuindo estrutura gramatical própria e identidade cultural específica. Nesse contexto, a inexistência de comunicação acessível compromete a autonomia do usuário, dificulta a compreensão das orientações em saúde e aumenta o risco de falhas assistenciais, diagnósticos inadequados e redução da qualidade do cuidado.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecida pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) como a principal porta de entrada e coordenadora da Rede de Atenção à Saúde, a comunicação assume papel estratégico para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento, reabilitação e acompanhamento longitudinal dos usuários (Brasil, 2017). Os princípios da universalidade, integralidade e equidade pressupõem que os serviços sejam organizados de forma a atender às necessidades específicas da população, respeitando diferenças culturais, sociais, linguísticas e funcionais. Contudo, apesar desse arcabouço normativo, observa-se que grande parte das

unidades de saúde permanece estruturada prioritariamente para usuários ouvintes, mantendo um modelo assistencial fortemente dependente da comunicação oral.

Como consequência, pessoas surdas enfrentam importantes barreiras de acesso aos serviços de saúde, especialmente relacionadas à comunicação entre usuários e profissionais. Essas dificuldades repercutem diretamente na qualidade do acolhimento, na obtenção de informações clínicas, na compreensão das condutas terapêuticas e na construção do vínculo profissional-usuário, configurando uma situação de vulnerabilidade que compromete a efetivação do direito à saúde e dos princípios do Sistema Único de Saúde (Silva; Almeida, 2022).

Embora o Brasil disponha de um sólido marco legal voltado à inclusão das pessoas surdas, representado pela Lei nº 10.436/2002, pelo Decreto nº 5.626/2005, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e por políticas públicas de acessibilidade, a implementação dessas normativas nos serviços de saúde ainda ocorre de maneira limitada. Diversos estudos evidenciam que a maioria dos enfermeiros não recebeu formação adequada em Libras durante a graduação, possui baixa competência comunicacional para atender usuários surdos e atua em serviços que não disponibilizam intérpretes, tecnologias assistivas ou recursos de comunicação acessível (Costa et al., 2018).

Diante dessas limitações, os profissionais frequentemente recorrem a estratégias improvisadas, como comunicação por gestos, leitura labial, escrita ou auxílio de familiares. Embora essas alternativas possam minimizar parcialmente as dificuldades de interação, elas não asseguram comunicação efetiva, preservação da confidencialidade, autonomia do usuário ou segurança na tomada de decisões clínicas, podendo comprometer a qualidade da assistência e aumentar o risco de erros relacionados ao cuidado.

Nesse cenário, torna-se relevante investigar como os enfermeiros da Atenção Primária à Saúde percebem e enfrentam os desafios relacionados ao atendimento da população surda. A compreensão dessa realidade possibilita identificar fragilidades estruturais, organizacionais e educacionais que interferem na prática profissional, subsidiando o planejamento de estratégias voltadas ao fortalecimento

da acessibilidade comunicacional, da educação permanente e da organização dos serviços de saúde.

Assim, o presente estudo justifica-se pela relevância científica, social e assistencial da temática, ao contribuir para ampliar o conhecimento sobre as barreiras enfrentadas pelos enfermeiros no atendimento às pessoas surdas e fornecer subsídios para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas, equitativas e humanizadas. Espera-se que os resultados possam apoiar gestores, instituições de ensino e profissionais na implementação de ações que fortaleçam a acessibilidade comunicacional e promovam a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde, garantindo às pessoas surdas o pleno exercício do direito à saúde.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Comunicação terapêutica no cuidado de enfermagem

A comunicação constitui um dos fundamentos da prática profissional da enfermagem, sendo elemento indispensável para o desenvolvimento do processo de cuidado, da tomada de decisão clínica e da construção do vínculo terapêutico entre profissional e usuário. Mais do que transmitir informações, comunicar-se representa um processo contínuo de interação que possibilita compreender necessidades biopsicossociais, reconhecer vulnerabilidades e promover cuidado centrado na pessoa. Nesse contexto, a comunicação efetiva influencia diretamente a segurança do paciente, a adesão às condutas terapêuticas e a qualidade da assistência prestada.

Segundo Peplau (1990), a relação interpessoal estabelecida entre enfermeiro e paciente constitui um instrumento terapêutico capaz de favorecer autonomia, confiança e participação ativa do indivíduo no próprio cuidado. Para a autora, o diálogo qualificado e a escuta ativa permitem que o enfermeiro identifique necessidades singulares e desenvolva intervenções individualizadas, fortalecendo a humanização da assistência.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), a comunicação assume importância ainda maior por constituir um dos principais instrumentos para o acolhimento, a educação em saúde, a prevenção de agravos e o acompanhamento longitudinal dos usuários. A Política Nacional de Atenção Básica estabelece que o

cuidado deve ser desenvolvido de forma integral, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e linguísticos da população assistida (Brasil, 2017).

Entretanto, quando a comunicação não ocorre de maneira acessível, o cuidado torna-se fragmentado, podendo comprometer o vínculo profissional-usuário, dificultar a compreensão das orientações em saúde e aumentar o risco de eventos adversos. Entre as populações mais vulneráveis a essas barreiras encontram-se as pessoas surdas, cuja principal forma de comunicação é a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2.2 Pessoa surda, Libras e acessibilidade comunicacional na Atenção Primária à Saúde

A surdez ultrapassa a perspectiva exclusivamente biomédica da deficiência auditiva, sendo reconhecida também como uma condição sociocultural e linguística. Para grande parte da comunidade surda, a Libras representa sua primeira língua, constituindo elemento central da identidade, da cultura e das relações sociais. Consequentemente, a utilização exclusiva da língua portuguesa oral ou escrita durante os atendimentos em saúde pode representar importante barreira de acesso aos serviços.

No Brasil, a Libras foi reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou essa legislação e estabeleceu diretrizes para sua difusão, ensino e utilização em serviços públicos, incluindo os serviços de saúde.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) determina que toda pessoa com deficiência possui direito ao atendimento em condições de igualdade, devendo os serviços públicos eliminar barreiras que dificultem o acesso às ações de saúde.

Na Atenção Primária à Saúde, a acessibilidade comunicacional constitui condição indispensável para assegurar os princípios da universalidade, integralidade e equidade previstos na Constituição Federal e operacionalizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, diversos estudos nacionais demonstram que a

comunicação entre enfermeiros e pessoas surdas ainda ocorre predominantemente por meio de escrita, leitura labial, gestos improvisados ou auxílio de familiares, estratégias que frequentemente comprometem a confidencialidade das informações e limitam a autonomia do usuário (Gomes; Silva, 2021; Almeida, 2022).

Essa realidade evidencia que a garantia legal do direito à comunicação ainda não se traduz plenamente em práticas assistenciais inclusivas.

2.3 Formação do enfermeiro e desafios para o atendimento à pessoa surda

A formação do enfermeiro deve contemplar competências técnico-científicas, éticas, culturais e comunicacionais que possibilitem o atendimento integral às diferentes necessidades da população. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Enfermagem preconizam uma formação voltada para a integralidade do cuidado, para os direitos humanos e para a inclusão social (Brasil, 2021).

Apesar desses avanços, a literatura demonstra que a formação em Libras permanece insuficiente na maioria dos cursos de graduação em Enfermagem. Frequentemente, o ensino ocorre como disciplina optativa ou com carga horária reduzida, não garantindo ao futuro profissional competências mínimas para estabelecer comunicação efetiva com pessoas surdas (Chaveiro *et al.*, 2010).

Essa lacuna repercute diretamente na prática assistencial. Estudos evidenciam que grande parte dos enfermeiros relata insegurança durante o atendimento à pessoa surda, dificuldade para realizar consulta de enfermagem, limitações na educação em saúde e receio quanto à interpretação inadequada das informações clínicas (Costa *et al.*, 2018; Silva; Almeida, 2022).

Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde configura-se como estratégia essencial para fortalecer competências comunicacionais, ampliar o domínio da Libras e desenvolver práticas inclusivas compatíveis com os princípios do SUS.

2.4 Iniquidades em saúde e estratégias para promoção da acessibilidade

A Organização Mundial da Saúde reconhece que a deficiência continua sendo um importante determinante social da saúde, influenciando o acesso aos serviços, a utilização das ações assistenciais e os resultados em saúde (WHO, 2022). Barreiras arquitetônicas, organizacionais, atitudinais e comunicacionais contribuem para ampliar desigualdades já existentes, produzindo situações de iniquidade que afetam diretamente pessoas com deficiência.

No contexto da população surda, essas barreiras manifestam-se principalmente pela ausência de comunicação acessível, indisponibilidade de intérpretes, escassez de materiais educativos adaptados e reduzida qualificação dos profissionais para utilização da Libras.

A literatura internacional destaca que serviços de saúde inclusivos dependem da implementação simultânea de diferentes estratégias, como formação continuada dos profissionais, disponibilização de intérpretes, utilização de tecnologias assistivas, desenvolvimento de materiais visuais acessíveis e reorganização dos fluxos assistenciais (WHO, 2022; OPAS, 2023).

Na Atenção Primária à Saúde, essas ações fortalecem o acolhimento, ampliam a autonomia dos usuários, reduzem barreiras comunicacionais e promovem maior efetividade das ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e acompanhamento longitudinal.

Dessa forma, a construção de uma APS verdadeiramente inclusiva exige que a acessibilidade comunicacional deixe de ser compreendida como ação complementar e passe a integrar a organização cotidiana dos serviços de saúde, assegurando às pessoas surdas o pleno exercício do direito à saúde, conforme preconizado pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde.

3 JUSTIFICATIVA

A comunicação constitui um dos principais instrumentos do cuidado em enfermagem, sendo indispensável para o estabelecimento do vínculo terapêutico, a realização da consulta de enfermagem, a identificação das necessidades de saúde, a educação em saúde e a tomada de decisões compartilhadas. Na Atenção Primária à Saúde (APS), nível de atenção responsável pela coordenação do cuidado e pela ordenação da Rede de Atenção à Saúde, a comunicação acessível representa condição essencial para garantir a integralidade da assistência, a autonomia dos usuários e a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, quando o usuário é uma pessoa surda, a comunicação frequentemente constitui uma importante barreira de acesso aos serviços de saúde. A ausência de profissionais capacitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a indisponibilidade de intérpretes e a escassez de recursos de acessibilidade comunicacional comprometem a qualidade do acolhimento, dificultam a coleta de informações clínicas, limitam a compreensão das orientações terapêuticas e fragilizam o vínculo entre enfermeiro e usuário. Como consequência, aumentam-se os riscos de falhas na assistência, reduz-se a autonomia da pessoa surda e ampliam-se situações de vulnerabilidade e iniquidade no acesso ao cuidado.

Embora o Brasil disponha de um sólido arcabouço legal voltado à inclusão das pessoas surdas, representado pela Lei nº 10.436/2002, pelo Decreto nº 5.626/2005 e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), observa-se que a implementação dessas normativas nos serviços de saúde ainda ocorre de forma desigual. Estudos nacionais evidenciam que muitos enfermeiros não receberam formação suficiente em Libras durante a graduação, possuem limitações para estabelecer comunicação efetiva com usuários surdos e atuam em serviços que carecem de protocolos, tecnologias assistivas e estratégias institucionais capazes de assegurar a acessibilidade comunicacional.

Além da relevância assistencial, observa-se uma lacuna na produção científica voltada à compreensão da realidade vivenciada pelos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde frente ao atendimento da população surda, especialmente em contextos municipais. Conhecer essa realidade permite identificar fragilidades

relacionadas à formação profissional, à organização dos serviços e às condições de trabalho, fornecendo evidências que possam subsidiar ações de educação permanente, qualificação da assistência e fortalecimento das políticas públicas de inclusão.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa apresenta relevância científica, social e profissional, ao contribuir para ampliar o conhecimento acerca das barreiras comunicacionais existentes na APS e apoiar o desenvolvimento de estratégias que promovam um cuidado mais acessível, inclusivo e centrado na pessoa. Espera-se que os resultados possam subsidiar gestores, instituições formadoras e profissionais de saúde na implementação de ações voltadas à qualificação da comunicação com pessoas surdas, fortalecendo a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade que norteiam o Sistema Único de Saúde.

3.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Quais são os principais desafios enfrentados pelos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde no atendimento às pessoas surdas e como essas dificuldades influenciam a acessibilidade comunicacional e a qualidade do cuidado prestado?

3.2 PRESSUPOSTOS

Parte-se do pressuposto de que os enfermeiros da Atenção Primária à Saúde apresentam limitações relacionadas à comunicação com pessoas surdas, decorrentes, principalmente, da inexistente formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), da escassez de recursos de acessibilidade comunicacional e da limitada implementação de estratégias institucionais voltadas à inclusão. Presume-se que esses fatores possam dificultar o estabelecimento de uma comunicação efetiva entre profissional e usuário, repercutindo na qualidade do acolhimento, na construção do vínculo terapêutico, na compreensão das orientações em saúde e na integralidade do cuidado.

Adicionalmente, considera-se que a ausência de qualificação específica e de suporte institucional possa contribuir para a manutenção de barreiras de acesso aos

serviços de saúde, comprometendo a efetivação dos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade que fundamentam o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, pressupõe-se que a ampliação das ações de educação permanente, a capacitação em Libras e a adoção de estratégias de acessibilidade comunicacional possam favorecer um cuidado mais inclusivo, humanizado, seguro e centrado nas necessidades das pessoas surdas.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os desafios enfrentados pelos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde no atendimento às pessoas surdas, identificando as barreiras comunicacionais e organizacionais que comprometem a acessibilidade e a qualidade do cuidado, com vistas a subsidiar estratégias de inclusão e fortalecimento da comunicação acessível nos serviços de saúde.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o perfil dos enfermeiros participantes da pesquisa e sua experiência no atendimento às pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde.
- b) Identificar as principais barreiras comunicacionais, organizacionais e estruturais enfrentadas pelos enfermeiros no atendimento às pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde.
- c) Analisar o nível de conhecimento e preparo dos enfermeiros em relação ao uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), às práticas de acessibilidade comunicacional e às ações de inclusão desenvolvidas nos serviços de saúde.
- d) Verificar a disponibilidade e a utilização de recursos, protocolos, tecnologias assistivas e estratégias institucionais destinados à promoção da acessibilidade comunicacional no atendimento às pessoas surdas.
- e) Observar de que forma as barreiras comunicacionais influenciam o acesso aos serviços, o acolhimento, a integralidade da assistência, a segurança do paciente e a efetivação do princípio da equidade na Atenção Primária à Saúde.

f) Subsidiar a proposição de estratégias voltadas ao fortalecimento da acessibilidade comunicacional, da qualificação profissional e da implementação de práticas inclusivas que contribuam para a melhoria da assistência às pessoas surdas no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e exploratório. A abordagem quantitativa foi escolhida por possibilitar a mensuração e análise das informações obtidas por meio de um instrumento estruturado, permitindo identificar a frequência e a distribuição das respostas dos participantes. O delineamento descritivo visa caracterizar as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS) no atendimento às pessoas surdas, enquanto o caráter exploratório busca ampliar o conhecimento acerca de uma temática ainda pouco investigada no contexto local, contribuindo para a compreensão das barreiras comunicacionais e organizacionais relacionadas à acessibilidade em saúde.

5.2 LOCAL DO ESTUDO

O estudo foi desenvolvido na rede de Atenção Primária à Saúde do município de Criciúma, localizado no sul do estado de Santa Catarina. A rede municipal é composta por Unidades Básicas de Saúde (UBS) organizadas segundo a Estratégia Saúde da Família (ESF), distribuídas nos diferentes distritos sanitários do município e responsáveis pelo desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento, reabilitação e coordenação do cuidado da população adscrita.

A escolha desse cenário justifica-se pela relevância da Atenção Primária como principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo papel estratégico desempenhado pelo enfermeiro na organização do processo de trabalho, no acolhimento, na consulta de enfermagem, na educação em saúde e no acompanhamento longitudinal dos usuários, incluindo pessoas com deficiência.

Participarão da pesquisa enfermeiros vinculados às Unidades Básicas de Saúde do município, distribuídas entre os distritos sanitários de Criciúma a por amostragem não probabilística, intencional de enfermeiros que nas suas unidades possuem pacientes surdos cadastrados. A coleta de dados será realizada de forma remota, por meio de questionário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms®, cujo link será encaminhado aos participantes por meio dos canais institucionais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo praticidade, agilidade e maior alcance da população elegível.

5.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes deste estudo serão 20 enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS) do município de Criciúma, Santa Catarina, vinculados às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Inicialmente, previa-se a inclusão de todos os enfermeiros da rede municipal de saúde. No entanto, em atendimento à orientação da instituição coparticipante, a amostra foi delimitada aos profissionais que atuam em unidades com registro de pessoas com deficiência auditiva cadastradas no sistema de informação da Secretaria Municipal de Saúde. Assim, serão convidados a participar os enfermeiros que possuam, em sua área de abrangência, usuários com deficiência auditiva cadastrados e acompanhados pela equipe de saúde, conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma.

A escolha desses profissionais justifica-se pelo fato de estarem diretamente envolvidos no acompanhamento e na assistência às pessoas surdas, permitindo investigar experiências concretas relacionadas às dificuldades comunicacionais, às estratégias utilizadas no cuidado e às condições de acessibilidade presentes nos serviços da Atenção Primária à Saúde.

Será utilizada uma amostragem não probabilística, intencional (por julgamento), composta por enfermeiros que atendam aos critérios de inclusão estabelecidos para o estudo. A seleção dos participantes será realizada com o apoio da gestão municipal, exclusivamente para identificação dos profissionais elegíveis, sem interferência na decisão de participação, que ocorrerá de forma voluntária.

Todos os enfermeiros elegíveis serão convidados individualmente a participar da pesquisa e somente serão incluídos após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Será assegurado o direito de recusa ou desistência em qualquer etapa da pesquisa, sem qualquer prejuízo profissional ou institucional. As informações obtidas serão tratadas de forma confidencial, preservando o anonimato dos participantes e sendo utilizadas exclusivamente para fins científicos.

5.3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Serão incluídos no estudo os profissionais que atenderem aos seguintes critérios:

- A. Ser enfermeiro atuante na Atenção Primária à Saúde (APS) do município de Criciúma, Santa Catarina, lotado em Unidade Básica de Saúde (UBS) ou equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), identificada pela Secretaria Municipal de Saúde como responsável pelo acompanhamento de pessoas com deficiência auditiva;
- B. Estar em exercício profissional na unidade durante o período de coleta de dados;
- C. Possuir, em sua área de abrangência, pessoas com deficiência auditiva cadastradas e acompanhadas pela equipe de saúde, conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma;
- D. Concordar voluntariamente em participar da pesquisa, mediante leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- E. Responder integralmente ao instrumento de coleta de dados.

5.3.1 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Serão excluídos do estudo os profissionais que:

- A. Estiverem afastados de suas atividades laborais durante o período de coleta de dados, por motivo de férias, licença ou qualquer outro afastamento;
- B. Não concluírem o preenchimento do questionário;
- C. Não aceitarem participar da pesquisa ou não assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);

D. Não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos para o estudo.

5.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário eletrônico estruturado, elaborado pelas pesquisadoras e disponibilizado na plataforma Google Forms®. O instrumento foi composto predominantemente por questões fechadas, destinadas à caracterização dos participantes e à identificação das dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no atendimento às pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde, bem como por questões relacionadas ao conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), à acessibilidade comunicacional e às estratégias utilizadas durante a assistência.

O questionário foi elaborado com base na literatura científica e nos principais marcos legais relacionados aos direitos da pessoa surda e à acessibilidade nos serviços de saúde, incluindo a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e estudos sobre comunicação em enfermagem e acessibilidade na Atenção Primária à Saúde.

Os enfermeiros elegíveis foram identificados com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, considerando os profissionais que possuíam pessoas surdas cadastradas em sua área de abrangência. Posteriormente, foram convidados a participar da pesquisa por meio de contato eletrônico, ocasião em que receberam o link de acesso ao questionário e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado na página inicial do formulário eletrônico. O preenchimento do instrumento foi iniciado somente após a manifestação de concordância dos participantes.

O tempo médio de resposta foi de aproximadamente cinco minutos, permitindo que os participantes respondessem ao questionário em local e horário de sua preferência, utilizando computador, tablet ou smartphone com acesso à internet. As respostas foram registradas automaticamente na plataforma Google Forms® e posteriormente exportadas para planilha eletrônica, garantindo organização, segurança e fidedignidade dos dados coletados. Não foram solicitadas informações que possibilitassem a identificação dos participantes, assegurando-se o anonimato, a confidencialidade e o sigilo das informações durante todas as etapas da pesquisa.

Todo o processo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, respeitando a autonomia, a dignidade e os direitos dos participantes da pesquisa.

5.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos foram analisados por meio de abordagem quantitativa, utilizando-se técnicas de estatística descritiva. Inicialmente, as respostas registradas na plataforma Google Forms® foram exportadas para planilhas eletrônicas no Microsoft Excel®, onde foi realizada a conferência, organização e codificação dos dados para posterior análise.

As variáveis foram descritas por meio de frequências absolutas (n) e relativas (%), possibilitando a caracterização dos participantes e a identificação das principais dificuldades relacionadas ao atendimento das pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, favorecendo a visualização e a interpretação dos dados obtidos. Considerando os objetivos da pesquisa e o número de participantes, optou-se pela utilização exclusivamente de estatística descritiva, não sendo realizados testes inferenciais

A análise estatística descritiva possibilitou identificar a distribuição das respostas dos participantes quanto ao conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), às barreiras comunicacionais enfrentadas, à disponibilidade de recursos de acessibilidade e às estratégias empregadas durante o atendimento às pessoas surdas. Posteriormente, os resultados foram interpretados à luz da literatura científica e da legislação vigente relacionada à acessibilidade, à inclusão da pessoa surda e aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo discutir suas implicações para a prática da enfermagem na Atenção Primária à Saúde.

5.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A presente pesquisa foi desenvolvida em conformidade com os princípios éticos que regem as pesquisas envolvendo seres humanos, observando as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam a pesquisa envolvendo participantes humanos no Brasil.

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), por intermédio da Plataforma Brasil, sendo aprovado conforme Parecer Consubstanciado nº **8.324.271** e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº **96590526.2.0000.0119**.

A participação dos enfermeiros ocorreu de forma livre e voluntária, mediante a leitura e manifestação de concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado eletronicamente na página inicial do questionário elaborado na plataforma Google Forms®. O acesso ao instrumento de coleta de dados foi condicionado ao aceite do TCLE, assegurando que a participação ocorresse de maneira consciente e esclarecida.

Foram assegurados, durante todas as etapas da pesquisa, os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade, bem como o direito dos participantes de recusar ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo de natureza profissional, institucional ou pessoal.

Visando preservar a privacidade dos participantes, não foram coletadas informações que possibilitassem sua identificação direta. Os dados obtidos permaneceram sob responsabilidade exclusiva das pesquisadoras, armazenados em ambiente digital protegido por senha e utilizados unicamente para fins científicos, garantindo-se o anonimato, a confidencialidade e o sigilo das informações. Os resultados foram apresentados de forma agregada, impossibilitando a identificação individual dos participantes.

No desenvolvimento do produto educacional e na elaboração do manuscrito,

o conteúdo foi construído com base em evidências científicas atualizadas, documentos técnicos, legislações vigentes e normativas nacionais relacionadas à Atenção Primária à Saúde (APS), à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, aos direitos da pessoa surda e à atuação da enfermagem.

Para a organização visual do material, foi utilizada a plataforma Open IA ChatGPT® foi empregado exclusivamente como ferramenta de apoio à organização textual, revisão da redação e estruturação das informações. A utilização dessas tecnologias não substituiu a análise crítica das pesquisadoras, permanecendo sob sua inteira responsabilidade a seleção das evidências científicas, a validação das informações, a interpretação dos resultados e a redação final do trabalho.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentam a caracterização do conhecimento, do preparo e da percepção dos participantes em relação ao atendimento às pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde (APS). Os resultados contemplam aspectos relacionados à experiência profissional no atendimento a esse público, ao conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), à participação em capacitações, às dificuldades encontradas no processo de comunicação, à disponibilidade de recursos institucionais e à percepção sobre a necessidade de qualificação profissional.

Esses achados permitem compreender as principais barreiras enfrentadas pelos enfermeiros na assistência à pessoa surda, subsidiando a discussão sobre a acessibilidade comunicacional e a qualificação do cuidado nos serviços de saúde.

Tabela 1 – Conhecimento, preparo e percepção dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde sobre o atendimento às pessoas surdas:

Variável	Resposta	n	%
Você atua como enfermeiro(a) na Atenção Primária à Saúde?	Sim	15	75,0
	Não	5	25,0
Você já realizou atendimento a pessoas surdas na Unidade de Saúde?	Sim	14	70,0
	Não	6	30,0
Você se sente preparado(a) para atender pessoas surdas?	Sim	2	10,0
	Não	18	90,0
Você possui conhecimento em Libras?	Sim	7	35,0
	Não	13	65,0
Você já participou de capacitação ou treinamento sobre atendimento à pessoa surda?	Sim	3	15,0
	Não	17	85,0
A comunicação com pacientes surdos é um desafio no seu cotidiano profissional?	Sim	13	65,0
	Não	7	35,0
A ausência de intérprete de Libras dificulta o atendimento?	Sim	18	90,0
	Não	2	10,0
Você utiliza estratégias alternativas de comunicação (gestos, escrita, aplicativos)?	Sim	20	100,0
	Não	0	0,0
A unidade de saúde oferece recursos adequados para o atendimento à pessoa surda?	Sim	0	0,0
	Não	20	100,0
Você sabe onde solicitar apoio no caso de atendimento ao usuário surdo?	Sim	2	10,0
	Não	18	90,0
Você acredita que a oferta de capacitações melhoraria o atendimento à pessoa surda?	Sim	20	100,0
	Não	0	0,0

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Participaram da pesquisa 20 profissionais de saúde, dos quais 15 (75,0%) atuavam como enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS) e cinco (25,0%) exerciam suas atividades em outros serviços da rede pública de saúde.

Em relação à experiência profissional, verificou-se que 14 participantes (70,0%) já haviam realizado atendimento a pessoas surdas em suas unidades de saúde, enquanto seis (30,0%) informaram nunca ter prestado assistência a esse público.

Quando questionados sobre o preparo para atender pessoas surdas, apenas dois profissionais (10,0%) afirmaram sentir-se preparados para esse atendimento, ao passo que 18 (90,0%) relataram não possuir preparo adequado. Esse resultado evidencia uma importante fragilidade na formação dos profissionais para o cuidado à população surda.

Quanto ao conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), sete participantes (35,0%) informaram possuir algum conhecimento, enquanto 13 (65,0%) declararam não possuir conhecimento sobre a língua, demonstrando limitações na comunicação direta com usuários surdos.

No que se refere à formação específica, observou-se que 17 participantes (85,0%) nunca participaram de capacitação ou treinamento relacionado ao atendimento à pessoa surda, enquanto apenas três (15,0%) relataram já ter participado de alguma atividade de capacitação voltada para essa temática.

Ao serem questionados sobre a comunicação com pacientes surdos, 13 profissionais (65,0%) afirmaram que essa comunicação representa um desafio em seu cotidiano de trabalho, enquanto sete (35,0%) responderam não enfrentar dificuldades significativas nesse aspecto.

Em relação às condições de acessibilidade nos serviços de saúde, 18 participantes (90,0%) consideraram que a ausência de intérprete de Libras dificulta o atendimento às pessoas surdas, enquanto apenas dois (10,0%) não identificaram essa limitação como um fator dificultador.

Quanto às estratégias utilizadas para minimizar as barreiras comunicacionais, verificou-se que todos os participantes (100,0%) relataram utilizar recursos

alternativos de comunicação, como gestos, escrita e aplicativos eletrônicos, durante o atendimento às pessoas surdas.

Quando questionados sobre a estrutura das unidades de saúde, 100,0% dos participantes afirmaram que suas unidades não dispõem de recursos adequados para o atendimento às pessoas surdas, evidenciando limitações relacionadas à acessibilidade comunicacional na Atenção Primária à Saúde.

Em relação ao suporte institucional, apenas dois participantes (10,0%) informaram saber onde solicitar apoio quando ocorre o atendimento a uma pessoa surda, enquanto 18 (90,0%) responderam desconhecer os fluxos ou serviços de apoio disponíveis para esse tipo de atendimento.

Por fim, observou-se consenso entre os participantes quanto à necessidade de qualificação profissional, uma vez que todos os entrevistados (100,0%) afirmaram acreditar que a oferta de capacitações específicas sobre o atendimento à pessoa surda contribuiria para melhorar a comunicação, ampliar a acessibilidade e qualificar a assistência prestada na Atenção Primária à Saúde.

Os resultados obtidos evidenciam que, embora a maioria dos profissionais já tenha realizado atendimento a pessoas surdas, persistem importantes limitações relacionadas ao preparo profissional, ao conhecimento em Libras, à disponibilidade de recursos institucionais e ao suporte oferecido pelos serviços de saúde. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecimento das ações de educação permanente, da implementação de estratégias de acessibilidade comunicacional e da organização dos serviços para garantir um atendimento mais inclusivo, equitativo e alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde.

6.1 DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciaram fragilidades significativas relacionadas à acessibilidade comunicacional no atendimento às pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde (APS), demonstrando que as principais barreiras estão associadas à insuficiente qualificação profissional, à ausência de recursos institucionais de apoio e às limitações estruturais dos serviços de saúde. Esses

achados reforçam que a comunicação permanece como um dos principais desafios para a efetivação do cuidado integral e da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

Observou-se que 75% dos participantes eram enfermeiros atuantes na Atenção Primária à Saúde, resultado esperado considerando que esses profissionais desempenham papel estratégico na organização do processo de trabalho, na coordenação do cuidado, no acolhimento, na consulta de enfermagem e no acompanhamento longitudinal dos usuários. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) reconhece o enfermeiro como um dos principais responsáveis pela coordenação das ações assistenciais, educativas e gerenciais desenvolvidas na APS, sendo sua atuação fundamental para a promoção da integralidade do cuidado (Brasil, 2017).

Embora 70% dos participantes tenham relatado já ter realizado atendimento a pessoas surdas, verificou-se que 90% não se sentem preparados para prestar essa assistência. Esse resultado demonstra que a experiência profissional, por si só, não garante competência para o atendimento inclusivo. Estudos nacionais apontam que a formação em Enfermagem ainda apresenta lacunas importantes relacionadas ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), refletindo em insegurança profissional, dificuldades na comunicação e menor qualidade da assistência prestada (Chaveiro *et al.*, 2010; Silva; Almeida, 2022). Pesquisa publicada na *Revista Brasileira de Enfermagem* também destaca que a insuficiência de competências comunicacionais constitui um dos principais fatores associados às dificuldades enfrentadas pelos profissionais durante o atendimento às pessoas surdas, comprometendo a construção do vínculo terapêutico e a autonomia dos usuários.

Os resultados referentes ao conhecimento em Libras reforçam esse cenário. Embora 35% dos profissionais tenham informado possuir algum conhecimento sobre a língua, a maioria (65%) declarou não possuir esse conhecimento. Considerando que a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, essa limitação representa importante barreira para o cuidado centrado na pessoa. A comunicação acessível constitui um direito da população surda e sua ausência compromete a

compreensão das orientações em saúde, reduz a autonomia do usuário e pode aumentar o risco de eventos adversos decorrentes de falhas na comunicação.

Outro achado relevante refere-se à qualificação profissional. A pesquisa evidenciou que 85% dos participantes nunca participaram de capacitações específicas sobre atendimento à pessoa surda. Esse resultado demonstra fragilidade das ações de Educação Permanente em Saúde e corrobora estudos recentes que apontam a escassez de programas de capacitação voltados à acessibilidade comunicacional na APS (Brasil, 2007; Silva; Almeida, 2022). A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde preconiza que os processos educativos estejam articulados às necessidades do serviço, permitindo a qualificação contínua dos profissionais e o aprimoramento das práticas assistenciais.

A comunicação foi apontada como desafio por 65% dos participantes, evidenciando que a interação entre enfermeiros e pessoas surdas permanece limitada. A literatura demonstra que as barreiras comunicacionais comprometem a coleta de informações clínicas, dificultam o desenvolvimento da consulta de enfermagem, reduzem a efetividade das ações educativas e interferem diretamente na segurança do paciente (Oliveira *et al.*, 2015). Sob a perspectiva das relações interpessoais propostas por Peplau (1990), a comunicação constitui instrumento terapêutico fundamental para o estabelecimento do vínculo, da confiança e da participação ativa do usuário no processo de cuidado, sendo indispensável para a prática da enfermagem.

Esse cenário torna-se ainda mais preocupante ao observar que 90% dos profissionais afirmaram que a ausência de intérpretes de Libras dificulta o atendimento. Apesar dos avanços legais relacionados à inclusão das pessoas surdas, a implementação de recursos de acessibilidade comunicacional ainda é limitada nos serviços públicos de saúde. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que os serviços de saúde devem assegurar atendimento acessível, eliminando barreiras que dificultem o acesso às ações e aos serviços de saúde. Entretanto, os resultados deste estudo demonstram que a realidade vivenciada pelos profissionais ainda se distancia das garantias previstas na legislação.

Na tentativa de minimizar essas dificuldades, 100% dos participantes relataram utilizar estratégias alternativas de comunicação, como gestos, escrita e aplicativos eletrônicos. Embora essas estratégias representem iniciativas importantes para facilitar a interação com o usuário, estudos demonstram que elas não substituem a comunicação em Libras, uma vez que muitos usuários surdos possuem a língua de sinais como primeira língua e apresentam diferentes níveis de compreensão da língua portuguesa escrita. Dessa forma, tais recursos devem ser compreendidos como instrumentos complementares, e não como substitutos da comunicação acessível.

Outro resultado que merece destaque refere-se à estrutura dos serviços. Todos os participantes afirmaram que suas unidades de saúde não oferecem recursos adequados para o atendimento às pessoas surdas, evidenciando que as dificuldades identificadas extrapolam a esfera individual e refletem limitações institucionais. O Relatório Global sobre Equidade em Saúde para Pessoas com Deficiência, publicado pela Organização Mundial da Saúde em 2022, destaca que barreiras comunicacionais, organizacionais e atitudinais continuam sendo importantes determinantes das iniquidades em saúde vivenciadas pelas pessoas com deficiência, comprometendo o acesso oportuno, a continuidade do cuidado e os resultados em saúde (WHO, 2022).

Além disso, 90% dos participantes relataram desconhecer onde solicitar apoio institucional quando ocorre o atendimento a uma pessoa surda, indicando fragilidade dos fluxos assistenciais e ausência de protocolos voltados à acessibilidade comunicacional. A inexistência de suporte institucional aumenta a insegurança dos profissionais e dificulta a organização do cuidado, reforçando a necessidade de investimentos em gestão, planejamento e organização dos serviços.

Por outro lado, verificou-se consenso entre os participantes quanto à necessidade de qualificação profissional, uma vez que 100% acreditam que a oferta de capacitações específicas contribuiria para melhorar o atendimento às pessoas surdas. Esse resultado demonstra reconhecimento da importância da Educação Permanente em Saúde como estratégia para fortalecer competências comunicacionais, ampliar o conhecimento em Libras e promover práticas assistenciais mais inclusivas.

Os achados desta pesquisa evidenciam que as barreiras enfrentadas pelos enfermeiros não estão relacionadas exclusivamente ao conhecimento individual, mas refletem um conjunto de fatores estruturais, organizacionais e educacionais que interferem diretamente na qualidade da assistência. A ausência de formação específica, de protocolos institucionais, de recursos de acessibilidade e de processos permanentes de qualificação profissional compromete a efetivação dos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que gestores, instituições formadoras e serviços de saúde desenvolvam ações integradas voltadas à qualificação dos profissionais, à ampliação do ensino de Libras na formação em Enfermagem, à implementação de tecnologias assistivas e à organização de fluxos assistenciais que assegurem comunicação acessível e cuidado inclusivo. Somente por meio da articulação entre políticas públicas, educação permanente e gestão dos serviços será possível reduzir as barreiras comunicacionais e garantir às pessoas surdas o pleno exercício do direito à saúde.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo alcançou seu objetivo ao compreender as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde no atendimento às pessoas surdas, evidenciando que as principais barreiras estão relacionadas à insuficiente qualificação profissional, ao reduzido conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras), à ausência de recursos institucionais de acessibilidade comunicacional e à fragilidade das ações de educação permanente voltadas à inclusão dessa população.

Os resultados demonstraram que, embora a maioria dos profissionais já tenha realizado atendimento às pessoas surdas, prevalece um sentimento de insegurança quanto à capacidade de estabelecer uma comunicação efetiva, situação agravada pela escassez de capacitações específicas e pela inexistência de suporte institucional adequado, como intérpretes de Libras, protocolos assistenciais e recursos de acessibilidade. Essas limitações repercutem diretamente na qualidade do cuidado, dificultando o acolhimento, a construção do vínculo terapêutico, a

educação em saúde e a efetivação dos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade que orientam o Sistema Único de Saúde.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa foi o reconhecimento unânime, por parte dos participantes, da importância da capacitação profissional para qualificar a assistência às pessoas surdas. Esse resultado demonstra que os próprios enfermeiros reconhecem a necessidade de fortalecimento das ações de Educação Permanente em Saúde, da ampliação do ensino de Libras e da implementação de estratégias institucionais que favoreçam uma comunicação acessível, segura e centrada nas necessidades dos usuários.

Os achados deste estudo reforçam que a inclusão da pessoa surda nos serviços de saúde não depende exclusivamente do esforço individual dos profissionais, mas requer o comprometimento dos gestores, das instituições formadoras e dos serviços de saúde na construção de ambientes acessíveis e inclusivos. Investimentos em qualificação profissional, protocolos assistenciais, tecnologias assistivas, materiais educativos acessíveis e organização de fluxos de atendimento constituem estratégias essenciais para reduzir barreiras comunicacionais e promover um cuidado mais humanizado e resolutivo.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a realização do estudo com um número reduzido de participantes e em um único município, o que restringe a generalização dos resultados para outras realidades. Entretanto, essa limitação não reduz a relevância dos achados, uma vez que oferece um panorama da realidade local e subsidia reflexões importantes sobre a necessidade de aprimoramento das práticas assistenciais voltadas à população surda na Atenção Primária à Saúde.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para fortalecer o debate sobre acessibilidade comunicacional nos serviços de saúde, incentivando a implementação de políticas públicas, programas de educação permanente e estratégias de qualificação profissional que promovam o atendimento inclusivo às pessoas surdas. Recomenda-se a realização de novos estudos envolvendo diferentes categorias profissionais, usuários surdos e distintos contextos assistenciais, ampliando o conhecimento científico sobre o tema e subsidiando a

construção de práticas cada vez mais equitativas, humanizadas e alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Lilian Dias. **As pessoas idosas e as novas tecnologias: desafios para a construção de soluções que promovam a inclusão digital.** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/PMhnYJp4D4RBRMny573nrQx/?lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, **para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional.** *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 28 dez. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14510.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Superior.** Resolução CNE/CES nº 573, de 6 de novembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica**, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 22 set. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.691, de 23 de maio de 2024. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir a **Ação Estratégica SUS Digital – Telessaúde.** *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 29 maio 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3691_29_05_2024.html. Acesso em: 15 out. 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br); NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023**. São Paulo: Cetic.br/NIC.br, 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20241104102822/tic_domicilios_2023_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 2.314, de 5 de maio de 2022. **Define e regulamenta a telemedicina como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação**. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 5 maio 2022. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2022/2314_2022.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

GIOVANELLA, Ligia et al. **Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 11-24, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2018.v42n116/11-24/pt/>. Acesso em: 15 out. 2025.

NIC.br. **Classes C e DE impulsionam crescimento da conectividade à Internet nos lares brasileiros**, mostra TIC Domicílios 2023. São Paulo, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/releases/classes-c-e-de-impulsionam-crescimento-da-conectividade-a-internet-nos-lares-brasileiros-mostra-tic-domicilios-2023>. Acesso em: 15 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030**. Washington, DC: OPAS, 2023.

PASSOS, T. S. et al. **Utilização dos relatórios do e-SUS da Atenção Primária à Saúde na rotina de trabalho das equipes de Saúde da Família**. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, supl. 2, e8917, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2024.v48nspe2/e8917/>. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, M. R. **Um estudo sobre acesso à internet e habilidades digitais.** *Caderno Pedagógico*, 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1770/1582>.

Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, Laize Gabriele de Castro. **Perfil sociodemográfico, de saúde e hábitos de vida de idosos na Atenção Primária à Saúde.** *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 45, n. 4, 2021. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3384/3086>. Acesso em: 8 jun. 2026.

TAVARES, Marília Matias Kesting; SOUZA, Samara Tomé Correa de. **Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação.** 2025.

THUM, Márcia A. et al. **Utilização do e-SUS AB e fatores associados ao registro de procedimentos e consultas da Atenção Básica nos municípios brasileiros.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 7, e00070418, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/44wNdZPHsqZ7RRQ3FzPJpMp/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global report on health equity for persons with disabilities.** Geneva: World Health Organization, 2022.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA ENFERMEIROS

Questionário-Atendimento a pessoas surdas na Atenção Primária à saúde

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tem como objetivo analisar a percepção dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde sobre o atendimento à pessoa surda.

A participação é voluntária, as respostas são anônimas e os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

O tempo estimado para resposta é de aproximadamente 3 a 5 minutos.

Você atua como enfermeiro (a) na atenção primária à saúde?

Sim

Não

Você já realizou atendimento a pessoas surdas na Unidade de Saúde?

Sim

Não

Você se sente preparado(a) para atender pessoas surdas?

Sim

Não

Você possui conhecimento em Libras?

Sim

Não

Você já participou de capacitação ou treinamento sobre atendimento à pessoa surda?

Sim

Não

A comunicação com pacientes surdos é um desafio no seu cotidiano profissional?

Sim

Não

A ausência de intérprete de Libras dificulta o atendimento?

Sim

Não

Você utiliza estratégias alternativas de comunicação (gestos, escrita, aplicativos)?

Sim

Não

A unidade de saúde oferece recursos adequados para o atendimento à pessoa surda?

Sim

Não

Você sabe onde solicitar apoio no caso de atendimento a usuário surdo?

Sim

Não

Você acredita que a oferta de capacitações melhoraria o atendimento à pessoa surda?

Sim

Não

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa:

Acessibilidade na Atenção Primária à Saúde: desafios enfrentados por enfermeiros no atendimento a pessoas surdas e estratégias de inclusão.

Objetivo:

Compreender as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde no atendimento às pessoas surdas, analisando os principais desafios comunicacionais e identificando estratégias que favoreçam a acessibilidade, ampliem o acesso aos serviços de saúde e promovam a melhoria da comunicação e da qualidade do cuidado.

Período da coleta de dados: 15/04/2026 a 30/04/2026

Tempo estimado para cada coleta: 20 minutos

Local da coleta: Unidades de Saúde da Família do município de Criciúma, Santa Catarina.

Pesquisador/Orientador:

Larissa Alvea Telefone: 48 999066691

Pesquisador/Acadêmico:

Andressa Nascimento da Silva Telefone: 48996509122

9 fase do Curso de Enfermagem da UNESC

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, entrar em contato com o(a) pesquisador Larissa Alvea Fone: (48) 999066691 larissaalveaenf@unesc.net

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) para participar voluntariamente da pesquisa e objetivo acima intitulados. Aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando informar sua decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa. Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não

Página 1 de 2



Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

haverá nenhuma remuneração, bem como o (a) senhor (a) não terá despesas para com a mesma. Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 486/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta. Para tanto, esclarecemos também os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA

A pesquisa será realizada por meio de entrevista semiestruturada, composta por perguntas abertas relacionadas às experiências dos enfermeiros no atendimento a pessoas surdas na Atenção Primária à Saúde. A entrevista será realizada em local reservado na unidade de saúde, conforme disponibilidade do participante, com duração média de 20 a 30 minutos. As respostas poderão ser registradas em formulário próprio e, mediante autorização do participante, poderão ser gravadas em áudio com a finalidade de garantir maior fidelidade às informações coletadas. Após a transcrição, os registros serão armazenados de forma segura e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

RISCOS

Os riscos desta pesquisa são considerados mínimos. Pode ocorrer eventual desconforto ao responder algumas perguntas ou ao relatar experiências profissionais relacionadas ao tema. Para minimizar esses riscos, todas as informações coletadas serão tratadas com sigilo e confidencialidade. Os participantes não serão identificados em nenhuma etapa da pesquisa, sendo utilizados códigos ou pseudônimos para garantir o anonimato.

BENEFÍCIOS

Embora não haja benefícios diretos ao participante, a pesquisa poderá contribuir para a ampliação do conhecimento científico sobre acessibilidade no atendimento à pessoa surda na Atenção Primária à Saúde. Os resultados poderão auxiliar na formulação de estratégias de capacitação profissional e na implementação de práticas mais inclusivas nos serviços de saúde, favorecendo a comunicação



Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

entre profissionais de enfermagem e usuários surdos e fortalecendo os princípios de equidade, integralidade e universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas foram devidamente esclarecidos, sendo que para tanto, firmo ao final a presente declaração em duas vias de igual teor e forma ficando na posse de uma e outra sido entregue ao pesquisador responsável.

Em caso de dúvidas, sugestões ou denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNESC pelo telefone (48) 3431-2723 ou pelo e-mail cetica@unesc.net.

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, entrar em contato com o(a) pesquisador Larissa Alves Fone: (48) 999066691 larissaalvesenf@unesc.net

ASSINATURAS	
Voluntário/Participante Assinatura Nome: _____ CPF: _____._____._____ - ____	Pesquisador Responsável Assinatura Nome: _____ CPF: _____._____._____ - ____

Criciúma (SC), ____ de _____ de 2026.

APÊNDICE C – CARTA DE ACEITE



Secretaria Municipal de Saúde SMS-1115/2026
Assunto: Autorização de Pesquisa Acadêmica na Área da Saúde -
SEM utilização de banco de dados
Data: 17 de março de 2026



Prezada Larissa Alves,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste **DEFERIR** a solicitação para realização da pesquisa intitulada: *Acessibilidade na Atenção Primária à Saúde: desafios enfrentados por enfermeiros no atendimento a pessoas surdas e estratégias de inclusão.*

Informamos que participarão das entrevistas as seguintes unidades de saúde:

Distrito 1: Wosocris/Rio Maina, Mineiras, Vila Zuleima.

Distrito 2: Centro, Mina do Mato, Argentina.

Distrito 3: São Sebastião, Santa Luzia, São Defende.

Distrito 4: Cristo Redentor, Linha Batista, Próspera.

Distrito 5: Santa Augusta, Quarta Linha, Boa Vista.

Distrito 6: Santa Bárbara, São Luiz, Santo Antônio.

Ressaltamos que o apontamento de deficiência auditiva pode decorrer do uso de aparelho auditivo ou da diminuição da audição, não necessariamente caracterizando surdez. As unidades foram selecionadas com base no número de pessoas com deficiência auditiva, conforme dados extraídos do sistema de prontuário eletrônico na data de 17/03/2026.

Destarte, para aplicação da pesquisa nos ambientes da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, os(as) pesquisadores(as) deverão estar de posse da Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Além disso, a data para levantamento dos dados deverá ser previamente alinhada com o(a) profissional responsável pelo setor envolvido.

Por fim, informamos que, no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao SUS municipal que envolvam dados, informações, produtos ou resultados, os(as) pesquisadores(as) deverão entrar em contato com o Centro de Inovação em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (CIGTES), pelo telefone (48) 99934-6471, a fim de apresentar os resultados obtidos e promover a integração das evidências científicas à gestão municipal.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Com apreço,

/perfil@criciuma

(48) 3436-0000 / Ouvidoria 158
08h às 17h

criciuma.sc.gov.br

Pago Municipal Márcia Rovatti
Rua Domênio Silveira, 542
Santa Bárbara - Criciúma - SC
CEP 88804-000



Documento assinado por: LARISSA ALVES em 17/03/2026 às 11:34:17. Verifique sua assinatura acessando o link:
<https://protocolo.criciuma.sc.gov.br/app/citiza/autenticity/?hash=69b9666931609>

Página 1/3



Larissa Alves

Centro de Inovação em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde – Criciúma/SC

✉ E-mail institucional: gtes@criciuma.sc.gov.br

☎ Telefone dúvidas, pesquisas: (48) 99934-6471

☎ Contato/WhatsApp: (48) 99906-6691



(48) 3431-0300 / Ouvidoria 155
08h às 17h

criciuma.sc.gov.br

Paço Municipal Marcos Rezende
Rua Domêstico Schnegel, 542
Barra Bárbara - Criciúma - SC
CEP 88804-050



Documento assinado por: LARISSA ALVES em 17/03/2026 às 11:34:17 Verifique sua assinatura acessando o link:
<https://protocolo.criciuma.sc.gov.br/app/cizim/authenticity/hash=69b9566931509>

Página 2/3



Secretaria Municipal de Saúde SMS-1115/2026
Assunto: Autorização de Pesquisa Acadêmica na Área da Saúde -
SEM utilização de banco de dados
Data: 17 de março de 2026



Prezada Larissa Alves,

Camprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste **DEFERIR** a solicitação para realização da pesquisa intitulada: *Acessibilidade na Atenção Primária à Saúde: desafios enfrentados por enfermeiros no atendimento a pessoas surdas e estratégias de inclusão.*

Informamos que participarão das entrevistas as seguintes unidades de saúde:

Distrito 1: Wosocris/Rio Maina, Mineiras, Vila Zuleima.

Distrito 2: Centro, Mina do Mato, Argentina.

Distrito 3: São Sebastião, Santa Luzia, São Defende.

Distrito 4: Cristo Redentor, Linha Batista, Próspera.

Distrito 5: Santa Augusta, Quarta Linha, Boa Vista.

Distrito 6: Santa Bárbara, São Luiz, Santo Antônio.

Ressaltamos que o apontamento de deficiência auditiva pode decorrer do uso de aparelho auditivo ou da diminuição da audição, não necessariamente caracterizando surdez. As unidades foram selecionadas com base no número de pessoas com deficiência auditiva, conforme dados extraídos do sistema de prontuário eletrônico na data de 17/03/2026.

Destarte, para aplicação da pesquisa nos ambientes da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, os(as) pesquisadores(as) deverão estar de posse da Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Além disso, a data para levantamento dos dados deverá ser previamente alinhada com o(a) profissional responsável pelo setor envolvido.

Por fim, informamos que, no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao SUS municipal que envolvam dados, informações, produtos ou resultados, os(as) pesquisadores(as) deverão entrar em contato com o Centro de Inovação em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (CIGTES), pelo telefone (48) 99934-6471, a fim de apresentar os resultados obtidos e promover a integração das evidências científicas à gestão municipal.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cumpramos,

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
Secretaria Municipal de Saúde
Assessoria Técnica de Gestão
Data: 17/03/2026
Assinada: [Assinatura]

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Assessoria Técnica de Gestão
Data: 17/03/2026
Assinada: [Assinatura]

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Saúde
Data: 17/03/2026
Assinada: [Assinatura]

criciuma.sp.gov.br



Documento assinado por: LARISSA ALVES em 17/03/2026 às 11:34:17. Verifique sua autenticidade acessando o link:
<https://protocolo.criciuma.sc.gov.br/app/criciuma/authenticity?hash=608b6e4311e9b>



Verificação de assinaturas



Código para verificação da assinatura: 69b9666931609

Lista de assinaturas:

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

LARISSA ALVES (CPF 055.XXX.XXX-90) em 17/03/2026 11:34:17

Para verificar a validade das assinaturas, acesse:

<https://protocolo.criciuma.sc.gov.br/app/citizen/authenticity?hash=69b9666931609>



APÊNDICE C – CARTA DE APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSIBILIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS NO ATENDIMENTO A PESSOAS SURDAS E ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO

Pesquisador: LARISSA ALVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 96590526.2.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.324.271

Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas dos documentos contendo as informações básicas sobre o Projeto de Pesquisa.

A comunicação é um dos principais instrumentos do trabalho em enfermagem, pois é por meio dela que se estabelece o vínculo entre o profissional e o paciente, possibilitando um cuidado humanizado, seguro e efetivo. No entanto, quando o paciente é surdo, essa comunicação pode ser prejudicada por barreiras linguísticas e pela falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com essa realidade. Essa limitação compromete o acolhimento, a escuta qualificada e a integralidade do cuidado, princípios fundamentais da Atenção Primária à Saúde (APS).

A integralidade do cuidado, um dos eixos norteadores da APS, busca

Endereço: Avenida Universitária, 1.105 Bloco R1, sala 108, primeiro andar

Bairro: Universitário

CEP: 88.808-000

UF: SC

Município: CRICIÚMA

Telefone: (48)3431-2808

E-: cep@unesoc.net

Continuação do Parecer: 8.324.271

- Observar o objetivo geral deve conter somente um verbo, demais proposições devem ser inseridos nos objetivos específicos - "Compreender as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros que atuam na Atenção Primária à Saúde no atendimento às pessoas surdas"

- quanto ao nº de participantes, importante estipular a sua amostragem no projeto, pois estava somente descrito na PB.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Importante verificar as recomendações

Após análise da documentação apresentada e considerando os aspectos éticos, metodológicos e legais do projeto em questão, esta relatoria não identificou pendências nem inadequações que impeçam sua tramitação ética.

Os documentos obrigatórios foram devidamente apresentados e encontram-se adequados às exigências da Plataforma Brasil e às normativas do Sistema CEP/CONEP.

Assim, recomenda-se a aprovação com as orientações já descritas na seção de recomendações, reforçando o compromisso ético da equipe com a proteção dos dados dos participantes e o cumprimento das normas vigentes.

Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicação dos resultados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2765565.pdf	26/03/2026 12:45:38		Aceito

Endereço: Avenida Universitária, 1.105 Bloco R1, sala 100, primeiro andar
 Bairro: Universitário CEP: 88.808-000
 UF: SC Município: CRICIÚMA
 Telefone: (48)3431-2608 E-mail: cep@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 5.324.271

Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2765565.pdf	26/03/2026 12:45:38		Aceito
Declaração de concordância	cartadeaceite.pdf	26/03/2026 12:45:12	LARISSA ALVES	Aceito
Folha de Rosto	folharostoandressa.pdf	23/03/2026 16:38:04	LARISSA ALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	prontotocandressa.pdf	23/03/2026 15:48:50	LARISSA ALVES	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	prontotocandressa.docx	23/03/2026 15:48:43	LARISSA ALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRICIUMA, 31 de Março de 2026

Assinado por:
Marco Antônio da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Universitária, 1.105 Bloco R1, sala 109, primeiro andar
Bairro: Universitário CEP: 88.806-000
UF: SC Município: CRICIUMA
Telefone: (48)3431-2808 E-mail: cep@unesc.net

